

PROJETO DE LEI Nº 40 /2026

Dispõe sobre o reconhecimento da qualificação técnica, a valorização profissional e o desenvolvimento funcional dos Agentes Comunitários de Saúde – ACS e dos Agentes de Combate às Endemias – ACE do Município de Marataízes, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MARATAÍZES, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, aprova e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o reconhecimento da qualificação técnica, a valorização profissional e o desenvolvimento funcional dos Agentes Comunitários de Saúde – ACS e dos Agentes de Combate às Endemias – ACE do Município de Marataízes, observadas as disposições da Constituição Federal, da Emenda Constitucional nº 120, de 05 de maio de 2022, da Lei Federal nº 11.350, de 05 de outubro de 2006, e demais normas aplicáveis.

Art. 2º Os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias exercem atividades essenciais à execução das ações de vigilância em saúde e atenção primária, mediante ações domiciliares, comunitárias, educativas, preventivas e de controle de doenças, em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS.

Art. 3º São requisitos para o exercício das atividades de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias aqueles previstos na legislação federal vigente, especialmente na Lei Federal nº 11.350/2006.

§ 1º Para o Agente Comunitário de Saúde permanece exigido o requisito de residência na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital do processo seletivo público, nos termos da legislação federal.

§ 2º Permanecem inalterados os demais requisitos constitucionais e legais para o ingresso nos respectivos cargos.

Art. 4º Ficam reconhecidos, para todos os efeitos legais e administrativos no âmbito do Município de Marataízes, o Curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde e o Curso

<https://www.cmmarataizes.es.gov.br/>



Autenticar documento em <https://marataizes.camarasempapel.com.br/autenticidade> com o identificador 310038003200390038003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





Técnico de Agente de Combate às Endemias concluídos pelos servidores ocupantes dos respectivos cargos.

§ 1º O reconhecimento de que trata o caput abrange os cursos promovidos, ofertados, custeados ou incentivados pelo Município de Marataízes, pelo Ministério da Saúde, pelo Governo do Estado ou por instituições de ensino devidamente reconhecidas pelos órgãos competentes.

§ 2º A formação técnica prevista neste artigo constitui aperfeiçoamento profissional diretamente relacionado às atribuições dos cargos de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias.

Art. 5º A conclusão dos respectivos cursos técnicos será considerada para todos os efeitos legais e administrativos, especialmente para fins de:

- I – desenvolvimento funcional;
- II – progressão funcional;
- III – promoção na carreira;
- IV – enquadramento funcional, observada a legislação municipal aplicável;
- V – participação em programas de educação permanente em saúde;
- VI – valorização profissional;
- VII – concessão de incentivos ou vantagens vinculadas à qualificação profissional, quando previstas em lei.

Parágrafo único. O reconhecimento da formação técnica não caracteriza investidura em novo cargo público, transformação de cargo ou alteração da natureza jurídica do vínculo funcional existente.

Art. 6º O Município promoverá políticas permanentes de educação continuada, qualificação profissional, aperfeiçoamento técnico e valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias, observadas as diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS.

Art. 7º Ficam assegurados aos Agentes Comunitários de Saúde e aos Agentes de Combate às Endemias regularmente investidos nos cargos e em efetivo exercício todos os direitos adquiridos, inclusive aqueles decorrentes da qualificação profissional obtida ao longo da carreira.

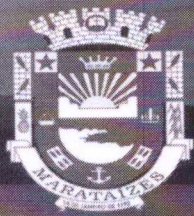
Art. 8º Os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias em exercício no Município de Marataízes ficam dispensados da realização de novo processo seletivo público, concurso público ou qualquer outra forma de seleção em razão do reconhecimento da qualificação técnica prevista nesta Lei.

<https://www.cmmarataizes.es.gov.br/>



Autenticar documento em <https://marataizes.camarasempapel.com.br/autenticidade> com o identificador 310038003200390038003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





§ 1º A dispensa prevista no caput aplica-se aos servidores que ingressaram regularmente no serviço público municipal, preservando-se a continuidade do vínculo funcional, os direitos adquiridos e a segurança jurídica das relações administrativas.

§ 2º A obtenção do Curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde ou do Curso Técnico de Agente de Combate às Endemias constitui qualificação profissional e aperfeiçoamento das atribuições inerentes ao cargo já ocupado, não configurando nova investidura ou provimento derivado vedado pela Constituição Federal.

§ 3º Permanecem inalterados os requisitos constitucionais e legais exigidos para futuras admissões aos cargos de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias.

Art. 9º O Poder Executivo deverá considerar a formação técnica reconhecida por esta Lei para fins de enquadramento, progressão e promoção funcional, observadas as disposições do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Município ou legislação correlata.

Art. 10. O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei no que couber, especialmente quanto aos procedimentos administrativos de reconhecimento da qualificação técnica e desenvolvimento funcional.

Art. 11. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Marataízes/ES, 18 de junho de 2026.

WELITON DA
SILVA:979336
78734

Assinado de forma
digital por WELITON DA
SILVA:97933678734
Dados: 2026.06.18
12:51:05 -03'00'

Weliton Silva
Vereador(a)

<https://www.cmmarataizes.es.gov.br/>



Autenticar documento em <https://marataizes.camarasempapel.com.br/autenticidade> com o identificador 310038003200390038003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





JUSTIFICATIVA

Submetemos à apreciação desta Casa de Leis o presente Projeto de Lei, que visa reconhecer e valorizar a qualificação técnica dos Agentes Comunitários de Saúde do Município de Marataízes, em consonância com a Constituição Federal, a Emenda Constitucional nº 120/2022 e a Lei Federal nº 11.350/2006.

Os Agentes Comunitários de Saúde desempenham papel fundamental na Atenção Primária à Saúde, atuando diretamente junto às famílias e comunidades, desenvolvendo ações de prevenção de doenças, promoção da saúde e acompanhamento permanente da população.

Importa destacar que o próprio Município de Marataízes promoveu, incentivou e oportunizou aos Agentes Comunitários de Saúde a realização do Curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde, qualificando seus servidores e fortalecendo a política pública de saúde municipal.

Dessa forma, mostra-se legítimo e necessário o reconhecimento da formação técnica obtida pelos servidores, especialmente porque tal qualificação constitui aperfeiçoamento diretamente relacionado às atribuições já exercidas no cargo.

Além disso, diversos profissionais da categoria possuem formação em nível superior, demonstrando elevado grau de qualificação profissional e compromisso com o serviço público.

A presente proposição busca assegurar que a formação técnica adquirida produza efeitos para fins de desenvolvimento funcional, progressão, enquadramento e valorização profissional, sem que isso implique nova investidura em cargo público.

Destaca-se, ainda, que o art. 8º, § 1º, da presente proposição dispensa expressamente a realização de novo processo seletivo para os atuais servidores regularmente investidos no cargo, preservando os direitos adquiridos, a continuidade do serviço público e a segurança jurídica.

Tal medida encontra respaldo nos princípios constitucionais da eficiência, razoabilidade, valorização do servidor público e continuidade dos serviços públicos essenciais, além de reconhecer o investimento realizado pelo próprio Município na formação técnica desses profissionais.

Diante do exposto, conclamamos os nobres Vereadores a aprovarem o presente Projeto de Lei, por representar medida de justiça, valorização profissional e fortalecimento da saúde pública municipal.

Marataízes, 18 de junho de 2026.

WELITON DA
SILVA:97933678
734

Assinado de forma digital
por WELITON DA
SILVA:97933678734
Dados: 2026.06.18
12:51:45 -03'00'

Weliton Silva.
Vereador

<https://www.cmmarataizes.es.gov.br/>



Autenticar documento em <https://marataizes.camarasempapel.com.br/autenticidade> com o identificador 310038003200390038003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

